

O LUGAR DA AMAZÔNIA NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL



*O LUGAR
DA AMAZÔNIA NO
DESENVOLVIMENTO
DO BRASIL*

Sumário

Apresentação	5
1.Introdução	6
2. Amazônia hoje: Aspectos Críticos e Potencialidades	10
Vazio demográfico?	11
Madeira	12
Pecuária e grãos	13
Indicadores	13
Energia	14
Financiamento do desenvolvimento	15
“Florestania”	16
3. Propostas Para um Desenvolvimento Regional Sustentável	17
A Contribuição da Amazônia para o Brasil	17
Recursos energéticos e hídricos	17
Propostas específicas	18
Recursos energéticos	18
Recursos hídricos	18
Pacto Federativo e Desenvolvimento Regional	18
Gestão do território	18
Propostas específicas	19
Divisão territorial	19
Um novo gerenciamento socioambiental para a Amazônia	19
Diversificação da Base Produtiva	21
Financiamento do desenvolvimento regional	21
Propostas específicas	22
O Banco da Amazônia	22
A ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia	23
O Proambiente	23
Zona Franca de Manaus	24
A tributação, os incentivos e o gasto público	25
Geração de Emprego e Renda	25
Oportunidades econômicas	25
Propostas específicas	26
Biodiversidade amazônica: patrimônio da humanidade com soberania nacional	26
Recursos aquáticos	27
Recursos florestais	27
Investimentos em sistemas de produção sustentáveis	28
Investimentos no Desenvolvimento Humano	29
Propostas específicas	29
Igualdade de direitos com a população negra e Respeito às culturas indígenas	31
Culturas amazônicas fortalecidas	31
Transportes e comunicações	31
Centro de Lançamento de Alcântara	32
4. Conclusão	32
Notas	33

Apresentação

Do Programa de Governo da Coligação Lula Presidente, consta o compromisso de implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de criar um Conselho Nacional de Políticas Regionais, instrumentos de avanço do conjunto das regiões e de apoio à sua inserção ativa no contexto nacional. O documento destaca que a política nacional de desenvolvimento regional dará ênfase a duas macrorregiões: o Nordeste, pelo seu enorme déficit social e a Amazônia, pela sua importância estratégica.

O texto apresentado a seguir se inscreve no esforço de detalhamento do projeto de desenvolvimento dessa região. A proposta central é definir o lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil, tendo como base sua importância estratégica, tanto para o país quanto para o planeta. O compromisso inarredável é o de que a sociedade amazônica terá a oportunidade de decidir as formas mais vantajosas de sua integração com os mercados. Uma integração que respeite a diversidade regional, fortaleça as identidades locais e promova a saída do isolamento em que se encontra a maioria da população da região.

Este Programa se apoia na longa história de atuação da sociedade, de elaboração intelectual e de governos comprometidos com um Brasil soberano. Contou com amplos debates e inúmeras contribuições de lideranças e estudiosos em Seminários realizados nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia, e, com a contribuição de vários representantes de toda a região.

A sociedade amazônica sabe o que quer para o seu futuro. Nosso governo vai trabalhar para que essa mobilização hoje existente, governamental e não governamental, impulsione o desenvolvimento sustentável da região, como uma contribuição que define o lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil.



Antônio Palocci Filho
Coordenador do Programa de Governo

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia abrange cerca de 60% da superfície da América Latina e é o maior patrimônio natural do planeta. A magnitude dos números chama a atenção de todos os povos da Terra: são 7,8 milhões de km², ou seja, 5% da área terrestre do globo. No Brasil, a Amazônia Legal engloba uma área total de 5,2 milhões de km², o que representa cerca de 61% do território brasileiro¹. Cerca de 20% da água potável do planeta escorre por sua bacia hidrográfica, numa extensão de 25 mil quilômetros de vias navegáveis do rio Amazonas e seus tributários. A floresta amazônica representa 40% de todas as florestas tropicais do planeta e abriga 10% de todas as espécies vivas da terra.

As populações humanas tradicionais da Amazônia, principalmente os povos indígenas, falam 180 línguas diferentes e guardam tradições culturais e um conhecimento milenar sobre o meio ambiente, constituem parte relevante dessa grandiosidade, que não é só natural, mas cultural. Já se disse que a Amazônia é uma biblioteca de Alexandria que está se queimando sem que o conhecimento científico tenha desvendado todos os seus segredos.

Para ter uma idéia do quanto ainda não conhecemos do potencial de medicinas oferecido pela biodiversidade da Amazônia, sabe-se que as populações indígenas da região utilizam cerca de 1.300 plantas para fins medicinais, com princípios ativos característicos de antibióticos, narcóticos, anticoncepcionais, antidiarréicos, anticoagulantes, fungicidas, anestésicos, antiviróticos e relaxantes musculares, das quais somente 90 vêm sendo usadas comercialmente. O diálogo necessário, portanto, entre a universidade e centros de pesquisa e os povos da floresta precisa ser feito de forma ética, em favor do conhecimento. Além disso, não podemos esquecer as riquezas do subsolo amazônico, expressas em enormes quantidades de minerais com valor de mercado, em grande parte ainda inexplorados.

A Amazônia deve ser compreendida como muitas Amazonas, em que além da biodiversidade, há uma diversidade social que contribui para o patrimônio cultural de uma parte extremamente significativa da ancestralidade brasileira, em que índios, negros e caboclos são essenciais para contar esta história.

Este tema é de fundamental importância para o seu desenvolvimento, porque solidifica a construção de modelos socioambientais, éticos e de afirmação da soberania nacional. É hora, portanto, de ver a Amazônia não como a parte do Brasil que oferece matérias-primas reais e simbólicas para a nação, mas sim como uma dimensão rica e bela deste país povoado por tantas grandezas; um dos passaportes para a entrada soberana do Brasil na globalização.

Em âmbito nacional, uma forma nova de inserção do desenvolvimento da região vem sendo construída por milhares de brasileiros ao longo da história. Em lugar do mito do *vazio demográfico*, base da colonização no período militar (anos 70), é esse capital social acumulado que constitui a base política de um novo espaço de poder. É preciso reconhecer que seus 20 milhões de habitantes têm, além de uma história e uma cultura ricas e diversificadas, uma possibilidade única de contribuir com o país, desde que sejam respeitados e integrados social, econômica e culturalmente à nação.

O PT e seus aliados hoje governam mais de 2 milhões e meio de cidadãos brasileiros da Amazônia e tem demonstrado em experiências concretas de gestão que um outro modelo de desenvolvimento da Amazônia é possível, sobretudo em articulação profunda e respeitosa com movimentos da sociedade. Este manancial de experiências é hoje a fonte principal, mas não a única, para a construção de um novo projeto de desenvolvimento, em que o aproveitamento sustentável da floresta, da várzea, dos campos, das riquezas minerais, hidrológicas, energéticas, da biodiversidade e dos cenários naturais constitui a base das atividades industriais, agrícolas,

biotecnológicas e turísticas, fundamentais para engendrar uma nova referência para a construção de uma Amazônia sustentável e de um Brasil soberano.

A sociedade amazônica e a sociedade brasileira não foram consultadas, por décadas, sobre como gostariam de ver a Amazônia no futuro, nem a maneira como poderiam contribuir para a sua construção. Foram herdando, ao longo dos anos, as consequências sociais, ambientais e econômicas de decisões políticas que atribuíram a esta região o papel de exportadora de produtos primários e de geradora de divisas. A democratização do país e a influência crescente da questão ambiental sobre as políticas públicas não foram suficientes para alterar, estruturalmente, este papel.

Isso não significa dizer que existe uma única modalidade de exploração das potencialidades regionais. Há uma outra tradição, anterior ao modelo primário-exportador, que se modernizou no mesmo período, liderada por segmentos sociais que têm na floresta a base de sua subsistência e que tiveram a oportunidade de expressar suas propostas no contexto da luta de seu representante principal, Chico Mendes.

Convivem, hoje, na região, duas dinâmicas: uma, concentrada nos estados que foram incorporados à expansão da fronteira agrícola e que inclui partes do Mato Grosso, Rondônia, Pará, Maranhão e Tocantins, que apresentam grandes propriedades voltadas para agricultura de mercado, projetos de colonização e uma extensa rede de centros urbanos; e outra, formada pelas regiões de floresta destes estados e daqueles mais distantes dos eixos de integração, como Acre, Amazonas, Amapá e Roraima, cuja referência espacial e econômica na maioria dos casos, são as históricas capitais de Belém e Manaus. Ambas constituem centros urbanos dinâmicos que, em certa medida, mesclam as duas economias, tanto em decorrência da Zona Franca, em Manaus, quanto da influência dos grandes projetos minerais, no caso de Belém.

Vale reconhecer também que os processos de industrialização, sobretudo na Zona Franca de Manaus, e os grandes projetos agropecuários e madeireiros deram uma complexidade econômica à região, em que pese o caráter predatório da maioria desses últimos.

A ZFM passou por mudanças profundas nos anos 90, com a abertura de mercado, redimensionou sua inserção na economia brasileira e transformou-se, também, numa importante base exportadora. Têm peso significativo na pauta de comércio exterior do País as exportações de aparelhos celulares fabricados na ZFM. Por sua posição estratégica em relação aos mercados do Nafta, do Norte da América do Sul e do Caribe, a Zona Franca ocupa e ocupará um importante lugar na estratégia competitiva do País. Mas ela precisa se reequilibrar tanto em relação ao conjunto da Federação – na medida em que é baseada em incentivos fiscais para os quais todo o País contribui – como em relação aos demais segmentos da economia regional, para que não se acentue, ainda mais, uma concentração populacional desmedida em Manaus, com reflexos negativos em moradia, saúde, educação e demais equipamentos urbanos.

Em relação aos projetos agropecuários e madeireiros, nosso governo vai reforçar os instrumentos de fiscalização e do poder de polícia da União para, em conjunto com a ação da Receita Federal, coibir a grilagem, a derrubada ilícita de florestas e sua exploração selvagem, que produz queimadas e devastação na Amazônia. Vai, ao mesmo tempo, impulsionar as políticas públicas que estimulem a agricultura, o extrativismo e a pesca tanto na dimensão da economia familiar e cooperada quanto na dimensão dos grandes projetos agroindustriais e industriais auto-sustentáveis, baseados em recursos renováveis.

O modelo de desenvolvimento primário-exportador implantado na Amazônia nas últimas décadas foi financiado com grandes somas de investimentos públicos em infra-estrutura e com base em incentivos fiscais, tendo o Estado como agente principal das mudanças, sem qualquer mecanismo de controle por parte da sociedade que pudesse interferir no destino desses recursos.

A economia organizada em torno da utilização sustentável de produtos florestais, por outro lado, baseou-se em recursos financeiros escassos, oriundos das organizações não-governamentais e do setor privado, com pequena presença do Estado. Apesar disso, apresenta consideráveis resultados e tendência de expansão e geração de novos empregos. Terras indígenas foram demarcadas, reservas extrativistas reconheceram direitos de posse sobre mais de 3 milhões de hectares, beneficiando 10 mil famílias, investimentos privados em negócios sustentáveis na área de fármacos, cosméticos e mobiliário crescem anualmente e recursos públicos, no total de mais de US\$ 500 milhões, foram alocados em inúmeras experiências inovadoras em toda a região, nos últimos dez anos.

Vários fatores constituem motivo de preocupação com relação às tendências futuras da economia na região. A progressão dos desmatamentos sem aumentos relevantes em produtividade constitui perda de capital natural sem benefícios sociais. A crescente urbanização, sem investimentos adequados em infra-estrutura social e produtiva, coloca milhares de pessoas na marginalidade. O modelo primário-exportador não abre espaço para o desenvolvimento das potencialidades regionais nem assegura, para as próximas décadas, uma inserção qualificada da região no desenvolvimento do país. Tendo alterado 16% de sua cobertura vegetal, pode-se afirmar que ainda é tempo de decidir qual a melhor forma de utilizar, de forma sustentável, mais de 80% de seu território.

Nosso governo terá como objetivo mudar o padrão de desenvolvimento predominante na região, colocando não a fronteira de recursos, mas a população como o centro dos investimentos governamentais na região. Os incentivos públicos para dinamizar a economia serão acompanhados de igual ou maiores investimentos para democratizar o acesso da sociedade aos benefícios do desenvolvimento.

O que se pretende é mudar o lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil, tendo como base a importância estratégica dessa região, tanto para o país quanto para o planeta. A sociedade amazônica terá a oportunidade de decidir, em condições de igualdade com as regiões mais desenvolvidas, quais as formas mais vantajosas de integração com os mercados. Acesso à informação, à educação, à qualificação profissional e ao conhecimento científico, associados à valorização das tradições culturais são essenciais para o fortalecimento das identidades locais e saída do isolamento em que se encontra a maioria da população da região.

A lógica de exploração econômica precisa ser modificada gradualmente. É inaceitável a subordinação da Amazônia a uma economia baseada na exploração de poucos produtos (alguns itens minerais, florestais e aquáticos e por empreendimentos de monoculturas), cuja extração destrói os estoques de florestas, a capacidade produtiva dos solos e das águas, eliminando a possibilidade de variados e inúmeros outros produtos serem aproveitados no futuro. A Amazônia tem como base de sua formação socio-ambiental e socio-cultural a diversidade, a heterogeneidade e a convivência equilibrada de múltiplas formas de vida. A intervenção humana, para se beneficiar economicamente dos recursos da natureza, deve obedecer às dinâmicas de reprodução da natureza. Do contrário, nada se sustenta nem no tempo nem no espaço.

A economia primário-exportadora precisa ser redirecionada. O país precisa das oportunidades que a Amazônia oferece e que não podem ser encontradas em outros lugares do planeta. Mas tais oportunidades só serão concretizadas se a região for conservada. Do contrário, as florestas, as águas e a contribuição ecológica que a região presta hoje para o ar respirado no Brasil e no mundo estarão com os dias contados. A conservação é exigente em conhecimentos e base tecnológica para as práticas de manejo dos recursos naturais, mas sem esses investimentos não há futuro para a Amazônia e nem para o país.

A reformulação nas políticas estruturais para a região é fundamental para promover uma economia com justiça social e ambiental, capaz de utilizar a rica e diversificada base de recursos naturais

da região de forma perene, gerando renda, ocupação e qualidade de vida para a população. Para isso é necessário o ordenamento do território, em processos de negociação amplos, em que a sociedade local e as instituições públicas decidam sobre a criação de unidades de conservação e sobre as regras de uso dos espaços para exploração das atividades baseadas em recursos naturais.

O financiamento do desenvolvimento deverá ser reestruturado, privilegiando arranjos produtivos e empresariais que promovam uma economia em bases diversificadas, distributivas das oportunidades sociais e econômicas, tendo em vista multiplicar os empreendedores e as fontes de geração de renda. A Amazônia pode multiplicar as oportunidades para suas populações e para os que chegam de outras regiões, que atualmente disputam o emprego na periferia das atividades agropecuárias e madeireiras, ou das grandes e médias cidades.

A política industrial para a região deve partir, principalmente, de suas vastas potencialidades na oferta de matérias-primas e da possibilidade real de promover encadeamentos produtivos com máxima agregação de valor na própria região e ampliar a capacidade de produção de partes e componentes.

A base da escolha desse caminho de desenvolvimento é o investimento nos habitantes da Amazônia. Investimentos em saúde, educação, profissionalização, capacitação e fortalecimento tecnológico e científico, e medidas para melhorar a qualidade de vida nas cidades, vilas e áreas rurais.

O crescimento econômico, nos marcos do desenvolvimento sustentável, deve ser compartilhado entre a Amazônia e as demais regiões do Brasil. A Amazônia tem sido objeto de políticas governamentais que a condenam a estoque temporário de matérias-primas e fronteira de expansão de atividades produtivas empresariais agropecuárias, minerais e madeireiras. Essas atividades avançam sobre a Amazônia, na medida em que a produtividade das florestas e dos solos diminuem, com o esgotamento ecológico das regiões de exploração mais antiga.

Desta forma, reproduz-se na Amazônia o padrão vigente em outras partes do país, de uso/ esgotamento e não reposição dos recursos encontrados na natureza, uma lógica *predatória* que elimina as bases de reprodução natural dos ecossistemas da região. Elimina, também, as oportunidades de geração de riquezas a partir do uso múltiplo que a floresta, as águas, as paisagens naturais e as terras agricultáveis da região podem oferecer perenemente.

A relação da Amazônia com os mercados nacional, latino-americano e global pode se dar de forma mais soberana, com valorização das habilidades locais, adoção e desenvolvimento de tecnologias modernas para o aproveitamento de vantagens comparativas e competitivas singulares da região. Uma Amazônia sustentável deve representar oportunidades de crescimento compartilhado para o Brasil e para a população local.

Diferentemente de regiões plenamente inseridas no mercado, nas quais o papel do Estado é o de ampliar as oportunidades formais de emprego e equilibrar a distribuição da riqueza gerada, na Amazônia o Estado é o principal indutor das transformações geradas na economia. Também diferentemente do que ocorre em regiões urbanizadas e industrializadas, na Amazônia não existe um modelo pronto para ser aplicado que seja coerente com suas potencialidades e com as expectativas existentes sobre o seu futuro. Nenhum país do mundo enfrentou antes esse desafio, porque nenhum outro país do mundo entrou no século 21 com 50% do seu território coberto de florestas tropicais.

O desafio que nosso governo se propõe a enfrentar na Amazônia vê o investimento ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais como uma oportunidade de desenvolvimento com inclusão social. Isso requer, para sua efetiva implantação, uma conexão nunca antes estabelecida:

a ciência e a tecnologia aplicadas sobre a base de recursos naturais, tendo como agente principal de transformação o capital social.

Essa perspectiva deve ser adotada em conjunto com os demais países que compõem a Amazônia continental, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, OTCA, recentemente criada, a partir de um novo padrão de desenvolvimento. A Cepal apresentou, recentemente, uma instigante contribuição, denominada *substituição de exportações*: a proposta é substituir, por exemplo, as exportações de produtos florestais, em especial madeira (com ou sem valor agregado) pela manutenção dos bosques para a exportação dos serviços ambientais que estes oferecem, em particular os de sequestro de carbono; substituir a exportação de matéria-prima biológica por conhecimento associado à biodiversidade, assegurados os direitos das comunidades tradicionais. Isso significa que precisamos nos transformar em sociedades baseadas no uso do conhecimento mais do que das *commodities* ou de produtos manufaturados.

De forma sintética, nossa proposta significa orientar os investimentos visando inserir a Amazônia no século 21, conectá-la ao mercado por fibra ótica mais do que por rodovias, criando vias de informação que mesclam o conhecimento milenar acumulado por suas populações com aquele produzido nos meios científicos. São vias de informação nas quais o agente de transformação é o valor agregado pelo conhecimento produzido pelas pessoas e não somente pelos produtos que elas geram.

Portanto, o papel da Amazônia no desenvolvimento do país deve ser o resultado de políticas públicas que potencializem suas especificidades socioambientais, as habilidades produtivas de suas populações e os serviços ambientais prestados ao planeta.

2. Amazônia hoje: Aspectos Críticos e Potencialidades

A Amazônia é uma região estratégica neste século 21. Tem um papel fundamental na manutenção da biodiversidade, no equilíbrio climático e oferta de água potável – o *petróleo* do século 21. O Brasil detém entre 15 e 20% da biodiversidade mundial. São 55 mil espécies de vegetais ou 22% do total do planeta. Estimativas apontam para a existência de aproximadamente 300 espécies de mamíferos, 950 tipos de pássaros, 100 variedades de anfíbios, 2.500 de peixes e milhões de invertebrados habitando a maior floresta úmida do planeta.

Essa megadiversidade biológica representa um patrimônio calculado em mais de US\$ 4 trilhões, ou pouco menos de oito PIBs brasileiros, e está quase sempre associada à diversidade cultural de índios, agricultores, extrativistas, pescadores e ribeirinhos, que souberam conservar os ecossistemas e desenvolver conhecimentos no uso sustentável dos recursos naturais. Cálculos preliminares indicam que uma informação local associada a um recurso genético pode economizar em até dez vezes o tempo e os custos em pesquisa para a produção de medicamentos, cosméticos e outros produtos da biotecnologia. Muitos desses produtos podem guardar informações originais de xamãs e pajés que, de alguma forma, têm contribuído para o *boom* da bioeconomia.

Esses conhecimentos têm sido alvo da chamada *biopirataria*, apesar de o Brasil ter assinado a Convenção da Diversidade Biológica, na Eco-92, ratificada pelo Congresso em 1994, que assegura a soberania dos países detentores de biodiversidade e recomenda a proteção ao conhecimento das comunidades tradicionais.

A região tem, também, uma rica sociodiversidade, na qual se destaca a variedade de povos ameríndios de culturas milenares que, ao longo da história, preservaram e transformaram

a floresta com sabedoria. A variedade das culturas amazônicas é revelada também nas expressões de sociabilidade trazidas por outros povos de origem africana, européia e asiática que constituem hoje os habitantes da região.

Vazio demográfico?

Nos últimos 40 anos, a Amazônia recebeu uma elevada carga de investimentos voltados para uma integração passiva com os mercados nacional e internacional. Na década de 1970, a política de ocupação, que cortou a região com grandes rodovias no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste, produziu uma marcha desenfreada dos setores produtivos agropecuários que se defrontavam com sinais de esgotamento no Centro-Sul do país. O resultado - visto como normal se analisado pela regularidade das ocupações humanas sobre os territórios do planeta -, no caso da Amazônia, é preocupante.

Destruição ambiental, exclusão social em larga escala, desestruturação dos meios de reprodução social e econômica das populações locais e concentração fundiária extrema resultaram de um conjunto de políticas que se justificaram no mito do vazio demográfico. A pecuária extensiva e os “Grandes Projetos” de exploração mineral, energético e florestal em escala industrial (Albrás, Carajás, Mineração Rio do Norte, Urucu, hidrelétricas) formaram enclaves de riqueza e modernidade cercados de pobreza e falta de oportunidades para as populações excluídas dos processos produtivos dos outros cantos do país, que vieram para a Amazônia em busca de oportunidades.

Alguns fatores facilitam a apropriação privada e, muitas vezes, ilegal das riquezas, com sérios prejuízos para a região e o Brasil: os recursos naturais, abundantes, são explorados sem controle, com grande desperdício e sem agregação de valor na região; os produtos extrativos, cujo manejo é do domínio das populações locais, têm sua distribuição geográfica pouco favorável para produção em escala, não dispõem de tecnologias apropriadas para verticalização e são considerados atrasados pelas instituições de fomento; a presença do Estado se restringe às cidades e a poucas áreas do interior, especialmente nas fronteiras; a população rural, empobrecida pela ausência de incentivos, está se concentrando nas cidades, elevando a pobreza e a violência; as políticas (ou a ausência destas) para a Amazônia favorecem a exploração extensiva das florestas e das águas, destruindo irreversivelmente bacias hidrográficas, grandes territórios que se transformam em pastos em processo de desertificação e a perda inestimável de biodiversidade, em sua maior parte não conhecida e avaliada pela ciência.

Com poucos encadeamentos nas economias locais, os “Grandes Projetos” exportam matérias-primas não renováveis a elevados custos para os cofres públicos, que os viabilizaram com grandes incentivos fiscais, muitas vezes usados sem controle público, e energia gerada por rios que foram profundamente alterados, com impactos ambientais e sociais em grande escala. Como enclaves industriais, esses projetos não conseguiram fugir da matriz primário-exportadora, impondo uma economia extrativa de baixa agregação de valor e reduzida arrecadação, pois em seu entorno poucas atividades produtivas se desenvolvem.

Em função desse modelo, a região passa por transformações aceleradas, que ocorrem sem que a sociedade local compreenda como os setores produtivos externos se apropriaram e se beneficiaram de suas riquezas.

O ordenamento dos usos do território tem se confrontado com a falsa idéia de que impedir a derrubada de novas áreas de florestas engessa a economia da Amazônia. Submeter a inestimável riqueza das florestas amazônicas a duas únicas atividades - madeira e pecuária ou madeira e soja - é que engessa a economia. A base produtiva da região pode ser ampliada com seu vasto estoque de matérias-primas, proporcionando atividades empresariais em todos os ramos da economia.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o total devastado na floresta amazônica, entre agosto de 1999 e agosto de 2000, foi de 19.836 quilômetros quadrados, o equivalente a quase 4 milhões de campos de futebol. Isto representa um crescimento de 15% em relação ao período anterior. O movimento de expansão das atividades agropecuárias transforma, em poucos meses, florestas seculares pouco conhecidas em pastos ou plantios homogêneos.

Em 1996, último ano com informações mais completas sobre o desmatamento para a Amazônia Legal, que inclui parte dos cerrados brasileiros, as áreas desflorestadas já alcançavam 780 mil quilômetros quadrados, denotando grande avanço dos desflorestamentos também sobre esse bioma na região. Essa extensão corresponde às superfícies da Bahia e de São Paulo, juntos, 1/5 da qual, ou 165 mil quilômetros quadrados, (área superior ao estado do Acre), encontrava-se abandonado, número equivalente a sete anos de desmatamentos daquele período.

Apesar disso, é irrelevante a contribuição do desmatamento na Amazônia para o crescimento da economia nacional. Enquanto na última década a produção brasileira de grãos aumentou 58%, sem ampliação da área plantada, na Região Norte a área desmatada de florestas cresceu 50% no mesmo período, cobrindo uma extensão de 60 milhões de hectares, ou uma vez e meia a área ocupada pela agricultura no país. Apesar disso, em 1997, a Amazônia respondia por apenas 3,6% da área plantada e 2,4% da produção de grãos.

Madeira

A atividade madeireira, de grande importância econômica para a região, é realizada, em grande parte, ilegalmente em áreas públicas e em terras particulares muitas vezes griladas do patrimônio da União, distantes do controle público e social, gerando mais problemas do que benefícios. Estudos mostram que em torno de 70% da madeira produzida na Amazônia é tirada da floresta por quem não tem a propriedade da terra, quando a própria legislação exige a titularidade fundiária como pré-requisito para o manejo florestal. Esse número é indicador do nível de ilegalidade da produção madeireira regional, explicitando a importância da regularização fundiária e do estabelecimento de florestas públicas para a legalização e sustentabilidade da exploração florestal na Amazônia.

A quase totalidade da madeira produzida anualmente na Amazônia - em torno de 30 milhões de metros cúbicos - sai da região apenas serrada, deixando para trás florestas e populações locais cada vez mais empobrecidas. 90% do consumo brasileiro de madeira são abastecidos pela região - no início da década de 1980, essa participação era de 20% - e mais de ¾ de toda a produção são destinados ao mercado nacional. O Estado de São Paulo consome 6 milhões de metros cúbicos desse volume anual e, se fosse um país, seria o maior consumidor de madeira tropical do mundo.

Estudos do Ministério do Meio Ambiente indicam que de cada 10 m³ de madeira produzidos na região, apenas 0,7 m³ provém de áreas manejadas de forma sustentável; os restantes 9,3 m³ resultam do corte raso da floresta. E para cada metro cúbico de madeira produzido anualmente, outro metro cúbico é queimado nas áreas desmatadas, gerando enormes prejuízos econômicos para as populações locais, além das perdas ambientais que esse desperdício acarreta.

O fato de técnicas apropriadas não serem adotadas por grande parte das empresas do setor madeireiro deve-se à ausência de um serviço de extensão florestal na região. À exceção de uma iniciativa recente do Governo do Acre, não existem cursos de formação de técnicos florestais, gerando um grande déficit de pessoas habilitadas para o repasse de técnicas apropriadas. A ação educativa é substituída pela coercitiva.

Em alguns países da América Central e México, o manejo florestal comunitário vem demonstrando

ser mais uma alternativa de conciliar qualidade social com conservação. O Brasil apresenta um enorme potencial com milhares de hectares de florestas habitadas por populações tradicionais e, apesar disso, não existe uma política nacional de incentivo ao Manejo Florestal Comunitário.

Do mesmo modo, apesar de o país ser detentor das maiores reservas florestais do mundo, a posição do Governo brasileiro na negociação para a implementação do Protocolo de Kyoto, por incrível que pareça, foi contrária ao reconhecimento de florestas naturais como sumidouros de carbono, à medida em que são seus absorvedores líquidos.

Pecuária e grãos

A pecuária praticada na região, altamente extensiva, também produz enorme desperdício de recursos florestais e de solos, além de agravar o quadro de pobreza. Ocupando em torno de 80% das áreas desmatadas, e 19% menos produtiva que a média nacional do setor, pressiona permanentemente por mais desmatamentos e não contribui de forma significativa para a geração de empregos e impostos.

Na produção de grãos, a região responderá por 25% da soja a ser produzida no país em 2002, segundo previsão do atual Governo - participação três vezes maior do que há uma década. A cultura tende a se estender por grandes extensões da Amazônia, principalmente para atender à demanda do mercado internacional e à necessidade do País de geração de divisas, incorporando a região à estrutura produtiva brasileira e mundial, sem levar em conta suas especificidades naturais, sociais e culturais.

Produzido pela ausência de políticas que valorizem o uso sustentável dos recursos florestais, esse quadro está se agravando. A reorientação desse modelo para a sustentabilidade é a única via capaz de desfazer esse quadro.

Indicadores

As mudanças introduzidas pelo modelo vigente de desenvolvimento na Amazônia refletiram sobre os indicadores de dinamismo econômico, como a evolução do Produto Interno Bruto-PIB. Na década de 1970, as Regiões Norte e Centro-Oeste alcançaram taxas altas de crescimento de 11,75% e 12,1%, respectivamente, mantendo índices mais altos do que os demais estados do país nas décadas seguintes. Ao comparar-se a evolução do PIB, a população e a renda per capita no conjunto dos estados da Amazônia Legal, percebe-se o intenso processo de dinamização econômica, entre 1970 e 1996. Neste período, o PIB passou de US\$ 8,5 bilhões para US\$ 53,5 bilhões, com a população regional saltando de 7,7 milhões para 18,7 milhões. Assim, o PIB per capita cresceu de US\$ 1.104,00 para US\$ 2.854,00.

De maneira geral, os indicadores sociais não acompanham os índices de crescimento econômico. A maioria dos estados apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do que a média brasileira, de 0,830, em 1996: Amapá (0,786), Amazonas (0,775), Mato Grosso (0,767), Acre (0,752), Pará (0,709), Tocantins (0,587) e Maranhão (0,547). Somente Rondônia (0,820) e Roraima (0,818) têm IDH próximos da média nacional.

A taxa de mortalidade infantil (óbitos de menores de um ano para cada mil nascidos vivos) apresenta grandes variações internas em 2000. Enquanto estados como Amapá (26,6) e Mato Grosso (27,5) situam-se próximos das taxas registradas no Sudeste (25) Roraima (36,1) e Maranhão (47,8) estão entre os mais críticos.

Outro indicador importante é a proporção de trabalhadores com carteira assinada, bem menor do que a média brasileira, que, em 1999 era de 44,5% da população economicamente ativa. Seis estados não atingem nem a marca nacional, já bastante baixa: Tocantins, 26%; Maranhão,

32%, Roraima, 37%, Pará, 39%, Amapá, 43% e Mato Grosso, 44%. Os demais estão consideravelmente acima: Acre, 51%, Amazonas, 61%, e Rondônia, 62%.

O reflexo do predomínio das atividades informais pode ser visto no rendimento médio mensal, medido em termos de salário mínimo per capita. Enquanto a maior parte dos estados da Amazônia Legal encontra-se na média brasileira (em 1999, 19% das famílias viviam com até meio salário mínimo), no Maranhão e em Tocantins esse índice chegou a 53% e 33%, respectivamente, no mesmo ano.

Embora sejam relevantes para comparar com a situação geral do país, esses indicadores deixam de quantificar o peso que têm na composição da renda familiar e na alimentação, a oferta de recursos naturais de subsistência (pesca, frutos e caça), que influenciam os hábitos de vida da maior parte da população rural e ribeirinha, tornando menos graves as condições de sobrevivência do que as das populações pobres de centros urbanos do país.

Ampliar a infra-estrutura na Amazônia tem sido o objetivo de vários planos governamentais. O esforço mais recente do governo neste sentido é o Avança Brasil, programa integrado ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2000-2003, composto de um conjunto de 385 programas. Ele se baseia no estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, o qual identificou oportunidades de investimentos, públicos e privados da ordem de US\$ 228 bilhões para um período de oito anos, principalmente em infra-estrutura de suporte para exportações.

Estudiosos do Inpa – Instituto de Pesquisas da Amazônia - projetaram um desmatamento entre 269 mil e 506 mil hectares por ano até 2020 como resultado da infra-estrutura planejada; este desmatamento adicional resultaria em um aumento nas emissões de carbono de 52,2 a 98,2 milhões de toneladas por ano; considerando um valor de US\$ 20 a tonelada de carbono, isto equivaleria a uma perda equivalente a entre US \$1 bilhão e 2 bilhões por ano. Impactos sociais, por sua vez, vêm ocorrendo por falta de participação social, pela tendência à concentração de renda e em razão da prioridade dada aos corredores de exportação, com poucos benefícios locais.

Energia

Dois projetos vêm sendo objeto de intensos debates na região: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e o Gás de Urucu, no Amazonas. Além desses também preocupam as 18 barragens propostas na Bacia do Rio Araguaia e Tocantins.

A matriz energética brasileira, que se apóia basicamente na hidroeletricidade, com *megaobras* de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. A crise do setor energético de 2001 resultou da ausência de investimento no setor e também da falta de proteção dos mananciais e da má gestão da água.

Num cenário em que a água doce passa a ser um recurso escasso e pode se tornar grande alvo de disputas territoriais, a matriz energética do Brasil deve ser repensada, com fortes investimentos em inovação tecnológica, para evitar intervenções de grande impacto ecológico sobre os recursos hídricos. A água deve ser considerada em seus múltiplos usos, entre os quais a geração de energia. Porém, a geração de energia hidráulica pode evoluir de barragens que afetam vastos espaços sociais e ecológicos para unidades de pequena intervenção com máxima eficiência técnica, sempre concedendo benefícios aos municípios que recebam o impacto causado pelas hidrelétricas.

Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em

suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte.

Usinas hidrelétricas como Tucuruí foram construídas para fornecer energia subsidiada para grandes projetos de exploração mineral que não internalizam o desenvolvimento. A ineficiência desse tipo de obra foi duramente revelada com a construção de Balbina, que alagou 3 mil km² de florestas e não tem força para abastecer Manaus nos verões mais rigorosos. Balbina se revelou um documento da insanidade na tomada de decisão sem atenção aos interesses coletivos.

Quanto ao gás de Urucu, o gasoduto, um dos principais projetos de infra-estrutura do Avança Brasil, com investimentos de quase US \$ 700 milhões em 522 km entre Pólo Arara (AM) e Porto Velho (RO), os ambientalistas têm proposto que a Petrobrás estude outras alternativas de suprimento de energia, que poupem floresta, índios e ribeirinhos. A continuidade do Projeto Gás de Urucu deve estar condicionada ao atendimento das medidas apontadas nas audiências públicas, à demarcação prévia das terras dos posseiros e índios e à criação de unidades de conservação ao longo da rota de transporte. A obra deve ser precedida também de projetos de produção sustentável nos municípios afetados pelo Gasoduto, utilizando a cota parte do petróleo prevista no orçamento nacional, ao contrário do que ocorre hoje, que está sendo usada para financiar mais pesquisas sobre petróleo.

Intervenções econômicas e ecológicas de grande porte na Amazônia requerem base científica sólida, amplo esclarecimento público e acordos políticos entre os diferentes setores da sociedade para que sejam assegurados os meios de uma exploração econômica com o mínimo de impacto negativo e máximo benefício para todos. A matriz energética brasileira demanda modernização urgente, começando por assimilar conceitos de sustentabilidade e, como política pública, deve ter maior compromisso com a sociedade, condicionando a viabilidade econômica também à viabilidade socioambiental.

Financiamento do desenvolvimento

Realizar uma profunda revisão das prioridades dos investimentos públicos na Amazônia é uma das maneiras de reverter o modelo de desenvolvimento regional. Enquanto recursos grandiosos são destinados para projetos de infra-estrutura, as iniciativas socioambientais sustentáveis somente são apoiadas em projetos-piloto e demonstrativos, não havendo escala adequada de implementação e de fomento.

Os principais recursos de investimentos da região amazônica na atualidade provêm dos fundos constitucionais (FNO)² e dos incentivos fiscais por meio do FINAM³.

Caso se mantenha, no próximo triênio, a média de destinação de recursos do FNO do triênio 2000-2003, serão disponibilizados cerca de R\$1,5 bilhão para investimentos produtivos na região Norte, além de recursos para os estados do Mato Grosso e Maranhão, atendidos também pelo FCO e pelo FNE respectivamente.

O FINAM aplicou R\$1.743.948.847,57 de 1995-1999, sendo que a média de 2000 até 2003 deverá ficar em R\$ 300 milhões/ano. De acordo com a Lei 9.532 de dezembro de 1997, os incentivos fiscais terminam em 2013, num efeito cascata que diminuirá os percentuais de renúncia fiscal do IRPJ, caindo para 18% até 2003, 12% até 2008 e por fim para 9% até 2013.

Dessa massa de recursos, a linha que apresentou maior benefício social foi o FNO. Em resposta à grande pressão social, o financiamento dos produtores familiares nos últimos dez anos contribuiu significativamente para diminuir o êxodo rural. Esse incremento produtivo precisa agora de reforço de pesquisa, assistência técnica e novos investimentos para viabilizar a inserção dessa produção no mercado.

“Florestania”

Em estados como o Amapá e o Acre, onde linhas de crédito como o Prodex⁴ encontraram iniciativas de atendimento à produção extrativista, como a política da borracha (*Lei Chico Mendes*) e outros programas da chamada *Florestania*⁵, houve uma inversão do êxodo, observando-se o retorno de mais 3 mil famílias da periferia das cidades para as áreas de floresta - no caso do Acre.

Com uma economia marcada pela matriz primário-exportadora, a região chegou a uma situação limite e ao mesmo tempo decisiva, para uma escolha que pode melhorar a vida de seus habitantes, num cenário de modernidade e prosperidade. A Amazônia oferece oportunidades para todos os setores produtivos. Mas, para que todos possam se beneficiar e tirar proveito de forma sustentável no tempo e no espaço são necessárias regras claras no uso e conservação da base de riquezas que a natureza destinou a essa região do planeta.

A soberania brasileira sobre a Amazônia passa pelo estabelecimento de objetivos estratégicos para a região se tornar um território dinâmico na geração de riquezas para o país, respeitando suas especificidades e transformando-as em oportunidades, fatores pouco valorizados internamente: as florestas, as águas, seu grande território e seu enorme lastro cultural. A integração com os mercados latino-americanos e com os mercados no Norte deve se desenvolver. A infraestrutura de transportes e comunicação deve ser modernizada para facilitar e baratear a circulação de mercadorias. Junto com o desenvolvimento econômico, investimentos sociais nas áreas de meio ambiente e indígena serão feitos para a potencialização de múltiplas competências, que democratizem as possibilidades empresariais, assegurem a sustentabilidade ambiental das atividades produtivas e consolidem o pleno direito dos índios sobre suas terras na região.

A integração com os mercados deve ser multidirecional: -I) integração interna no país, valorizando o mercado de mais de 170 milhões de consumidores que falam a mesma língua e que podem tornar-se aliados de um desenvolvimento que conserve a Amazônia como um bem nacional, ao mesmo tempo que utilizem bens produzidos na região, a maior parte desconhecidos no nosso próprio país; -II) integração intra-regional, favorecendo o fluxo de produtos entre as sub-regiões, dinamizando a produção e o consumo de alimentos, com uma infra-estrutura de transportes e comunicação que barateie a circulação de mercadorias e aumente a renda dos setores produtivos locais; -III) modernização tecnológica voltada para gerar competências locais, sem abrir mão da contribuição técnica das outras regiões do país ou de outros países, mas fortemente voltada para formar capital social residente na região como base para um desenvolvimento que abranja cadeias produtivas de maior complexidade; -IV) ordenamento territorial que concilie as vias de transporte terrestres e fluviais com a conservação de ecossistemas de valor ecológico com base em estudos que indiquem o melhor uso dos recursos. O crescimento econômico só se sustenta no tempo se fizer bom uso do espaço.

Unidades de conservação gerenciadas pelas comunidades tradicionais, como as reservas extrativistas; o microcrédito como fomento para as atividades produtivas não reconhecidas pelas instituições clássicas de financiamento; a presença e o apoio do Estado às comunidades cumprem um papel decisivo na afirmação da soberania, da cidadania, ou melhor, da *florestania*. Inúmeros arranjos empresariais que articulam saberes das populações locais com competências específicas de empresas dos setores de cosméticos, fitoterápicos, decoração, moda, alimentos, polímeros (látex), óleos e fibras apontam novos usos para matérias-primas abundantes na região. Mais de 30 unidades de beneficiamento de produtos oriundos da produção familiar na Amazônia buscam maximizar investimentos obtidos com o crédito do FNO, visando agregar valor aos produtos agropecuários, apesar das políticas atuais adversas.

Atividades como o ecoturismo e o turismo rural, com suas variantes como o turismo científico, estão entre as que mais crescem na economia mundial. A Amazônia reserva um potencial

inestimável para esse setor, que permite um amplo encadeamento produtivo e social. As empresas e comunidades que se habilitarem para o turismo terão incentivos especiais como financiamento, formação de mão-de-obra de padrão internacional e investimento em infra-estrutura (transportes, saneamento, saúde e educação) para as populações locais obterem renda com as belezas paisagísticas presentes em toda a região.

Nas políticas nacionais, vale destacar que existem avanços na regulamentação dos usos dos recursos naturais, que podem ser aperfeiçoados em nosso governo: a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Código Florestal, a Lei de Proteção à Fauna, o Decreto Lei de Proteção e Estímulos à Pesca, a Lei de Biossegurança, a Lei de Proteção de Cultivares, a Lei de Propriedade Industrial e a Lei de Crimes Ambientais.

Quanto à legislação sobre acesso aos recursos da biodiversidade, nosso governo deverá apoiar a iniciativa do Congresso com referência aos projetos de lei até agora barrados pelo atual governo, que atropelou o debate entre parlamentares e a sociedade em favor da controversa Medida Provisória 2126/2001.

A Política Nacional de Meio Ambiente, que tem no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) sua instância máxima de formulação, também será consolidada, tendo no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) o apoio legal e conceitual para uma gestão sustentada do território.

O trinômio *oportunidade, racionalidade e participação* faz parte das nossas concepções de retomada do desenvolvimento, tendo na Amazônia um espaço de imensas riquezas que, se bem utilizadas, poderão ser úteis a todos os brasileiros. Queremos uma Amazônia integrada com os mercados - locais, nacional e internacional.

Essas são questões centrais no projeto democrático e sustentável de desenvolvimento que propõe um pacto de crescimento compartilhado entre a Amazônia e o Brasil. Não estamos começando do zero. Políticas públicas exemplares vêm sendo desenvolvidas, a título de experiências locais, pelos movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais. Ações concretas dos Governos do Acre e Amapá, da Prefeitura de Belém e inúmeras outras comandadas por partidos progressistas, em todos os estados da Amazônia, apresentam soluções simples, que valorizam a participação da população nas decisões de governo e respeitam os saberes locais na busca de novas oportunidades de desenvolvimento econômico e social, com responsabilidade ambiental.

3. *Propostas Para um Desenvolvimento Regional Sustentável*

A Contribuição da Amazônia para o Brasil

Recursos energéticos e hídricos⁶

Nosso governo buscará ampliar a produção de energia elétrica do país, mas sem destruição, especialmente na Amazônia. A matriz energética brasileira baseada em usinas hidrelétricas é uma fonte limpa se comparada com a energia nuclear, mas não é limpa se considerarmos os outros efeitos que causa.

A sociedade local e nacional deve intensificar e diversificar os estudos para a implantação de projetos energéticos nos rios da Amazônia, fomentando a geração de tecnologias de menor impacto, com maior aproveitamento dos recursos e realizando acordos que tragam resultados positivos tanto para a região quanto para o país.

Propostas específicas

Recursos energéticos

- Buscar parcerias tecnológicas internacionais que reúnam os conhecimentos mais avançados em geração de energia hidrelétrica, sem necessariamente envolver a construção de megabarragens, para orientar os projetos já em curso como Belo Monte, Santa Isabel e São Luís, no Pará, e aqueles em execução no rio Tocantins.
- Promover uma revisão dos atuais projetos de usinas hidrelétricas na Amazônia, submetendo os estudos e projetos a grupos de cientistas independentes que avaliarão a pertinência tecnológica, impactos socioambientais agregados a curto, médio e longo prazos, considerando a bacia hidrografia como um todo.
- Incentivar a produção de células fotovoltaicas na Zona Franca de Manaus para suprir os sistemas de abastecimento local.
- Proporcionar e incentivar pesquisas objetivando avaliar a substituição da matriz energética das usinas termelétricas (óleo, diesel – derivado do petróleo esgotável) pela utilização do gás natural, explorado na reserva de Urucu.

Recursos hídricos

- Adotar providências saneadoras para as áreas de poluição hídrica por produtos mercuriais ou esgotos e efluentes industriais de áreas urbanas.
- Submeter a construção da hidrovia Araguaia-Tocantins a um debate público envolvendo as comunidades afetadas, o meio científico, os grupos econômicos interessados e o Estado, para se chegar a um acordo sobre a pertinência do projeto e seus efeitos para a economia regional e sobre o meio ambiente.

Pacto Federativo e Desenvolvimento Regional

Gestão do território

O planejamento do desenvolvimento da região precisa ter sua ordem invertida, priorizando as demandas e formulações de políticas dos estados e municípios da região, negociadas com os interesses federais, com vistas à sustentabilidade. Deve, com isso, dar vez aos segmentos econômicos novos e com possibilidade de geração de emprego e renda em ampla escala.

Um novo pacto federativo será negociado considerando a vontade das populações locais, as dinâmicas econômicas externas, as políticas federais e a necessidade de descentralização administrativa, justificada pelas imensas distâncias territoriais. O Estado tem de se antecipar aos conflitos, implementando meios de gestão que aproximem as regiões mais distantes dos serviços e atendimentos administrativos e de investimentos públicos.

A gestão integrada do território será orientada por zoneamentos participativos que respeitem as dinâmicas ecológicas, como as bacias hidrográficas, as áreas protegidas e as áreas de preservação permanente e de reserva legal das propriedades para os diferentes ecossistemas da região. Nesses termos, será imprescindível superar os conflitos existentes entre órgãos como Funai, Ibama e Incra, por meio de uma ação integrada na gestão do território. As atividades produtivas, por sua vez, terão seus espaços garantidos e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais serão incentivadas.

Propostas específicas

Divisão territorial

- Realizar estudos detalhados das propostas para criação de novos estados, considerando as dinâmicas econômicas e sociais produzidas historicamente e estabelecer práticas de mediação entre os setores interessados, para subsidiar o Congresso Nacional na votação da criação de novas Unidades Federadas.

Um novo gerenciamento socioambiental para a Amazônia⁷

- Projetar políticas públicas incentivadoras para todas as células espaciais que compõem a imensa região Norte do Brasil¹, atendendo à especificidade socioambiental de todos os quadrantes da Amazônia.

- Elaborar nos primeiros meses do ano de 2003 relatórios socioambientais sobre a conjuntura interna de cada célula espacial do território amazônico, utilizando metodologias participativas e projetos viáveis para atendimento emergencial das demandas prioritárias apontadas.

- Adotar como referência para a definição de políticas reorientadoras do modelo de desenvolvimento vigente na região o macrozoneamento e o quadro atual de ocupação da região (estradas, espaços de ocupação econômica – pecuária, agricultura, atividade madeireira - assentamentos, unidades de conservação, terras indígenas etc.)

- Estimular o zoneamento ecológico e econômico dos estados amazônicos - com base em diretrizes federais - partindo dos anseios locais, com ampla participação social, objetivando identificar as potencialidades dos pequenos municípios e das mesorregiões, com vistas a ordenar os usos dos territórios.

- Priorizar o zoneamento ecológico-econômico imediato das áreas de influência direta das rodovias da região, tendo em vista o ordenamento da ocupação nessas áreas, com demarcação de Terras Indígenas, criação de unidades de conservação e identificação de áreas propícias para a produção agropecuária, a colonização e a reforma agrária.

- Utilizar a totalidade dos instrumentos do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), com prioridade para o monitoramento e levantamento de dados úteis às políticas públicas, em especial o controle e monitoramento ambiental - em articulação com o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) -, a vigilância e segurança do território e a cooperação com os países amazônicos, consolidando a liderança do nosso país no campo do monitoramento eletrônico, a serviço de uma política amazônica transnacional solidária.

- Fortalecer a Comissão Regional de Monitoramento e Avaliação de Licenciamento Ambiental na Amazônia Legal, instituída pelo Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de subsidiar políticas de controle do desmatamento, do manejo florestal e de queimadas, e composta por representantes dos governos federal, estaduais e municipais, setor privado e sociedade civil.

- Implantar em toda a Amazônia Legal o Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural, que emprega tecnologia de georreferenciamento e permite o gerenciamento ambiental das propriedades.

- Revisar o licenciamento ambiental com o intuito de estimular o manejo integral do imóvel e não a regulamentação de atividades estanques entre si.

- Adotar medidas estratégicas e fazer cumprir os dispositivos legais que impeçam a reprodução da devastação que resultou na eliminação de 50,5% da vegetação primária do Sul do Pará, em apenas 13 anos.

- Estabelecer, com maior racionalidade, sensibilidade e interdisciplinaridade políticas públicas para o desenvolvimento e proteção da Amazônia Brasileira, com o máximo esforço de preservação da biodiversidade, em espaços ecológicos contínuos, não fragmentáveis.
- Reexaminar a eficiência econômica e ecológica das grandes e médias agropecuárias estabelecidas em diferentes quadrantes das terras firmes outrora extensivamente florestadas da Amazônia, com vistas à reorientação das atividades malsucedidas.
- Promover estudos dos impactos ambientais agregados dos projetos de exploração dos recursos naturais em andamento e dos projetos de infra-estrutura como os Eixos do Avanço Brasil.
- Propor projeto de lei que obrigue o Estado e as empresas privadas a anteciparem os investimentos mitigadores de impactos ambientais nos projetos na Amazônia, visando a proteção das populações, das florestas e dos rios dos danos que acompanham esses empreendimentos.
- Assegurar a presença do Estado, em todas as suas dimensões, como mediador, fomentador, controlador e fiscalizador das políticas de desenvolvimento da região. A assistência aos mais empobrecidos, bem como as políticas de inclusão social e econômica são fundamentais para minimizar os impactos sociais e promover o redirecionamento do atual modelo.
- Implementar o programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) visando à criação de unidades de conservação gerenciadas pelas populações locais, como as reservas extrativistas, reservas comunitárias, reservas de pesca, reservas marinhas, terras de quilombos, entre outras. A regularização dessas áreas permitirá que as comunidades locais prestem importantes serviços ambientais para o país e retirem dessas áreas, de forma sustentável, variadas fontes de renda.
- Estabelecer exigências especiais para controle de linhas de gasodutos ou oleodutos, sob estratégias baseadas em previsões de impactos, incluindo postos de controle de 10 em 10 quilômetros, para evitar a ação de especuladores contumazes. Conforme as faixas que venham a ser estabelecidas para os corredores dos oleodutos, transformar os setores atravessados pelos mesmos em verdadeiras estradas-parques, sob controle planejado da Petrobrás.
- Criar Reservas Extrativistas nas áreas ocupadas por comunidades tradicionais que utilizam os recursos naturais de forma sustentável.
- Fortalecer iniciativas que promovam, de forma negociada com todos os segmentos interessados, a criação de unidades de conservação nas áreas de interesse público que precisam ser protegidas.
- Criar uma instância de resolução de conflitos em relação à sobreposição de Unidades de Conservação com Terras Indígenas.
- Fazer gestões no Congresso pela aprovação do *FPE Verde*, induzindo a valorização econômica dos espaços protegidos.

Gestão territorial participativa com uma reforma agrária adequada para a Amazônia

- Estancar o violento movimento de privatização concentradora de extensas áreas públicas e regularizar as posses de pequenos produtores das áreas de colonização e dos ribeirinhos que ocupam as terras da União centenariamente.
- Adotar novos conceitos de desenvolvimento rural que assegurem aos assentados estruturas técnicas, de transporte, saúde, educação e cidadania.
- Os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAES) e os Projetos Desenvolvimento Sustentável (PDS) serão incentivados por serem adaptados ao contexto regional.

- Prover os Projetos de Assentamento na Amazônia de suporte técnico e financeiro para uma inserção como agentes produtivos, com relações sólidas com o mercado a partir de sistemas de produção sustentáveis. Para que os assentamentos sejam estruturalmente duráveis, devem ter a base produtiva diversificada com encadeamentos nas economias locais.
- Reduzir a especulação, diminuir a pressão que os assentamentos têm exercido sobre as florestas e destinar apenas áreas já com presença humana para novas frentes de colonização.
- Mediar, com atores locais, os conflitos agrários e ordenar o uso das terras da União e dos Estados, a partir de zoneamentos ecológico-econômicos.
- Destinar as terras griladas, ainda cobertas por florestas, ao ordenamento, em conjunto com os órgãos ambientais, com vistas à formação de mosaicos de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, incentivando o uso dos recursos da floresta com certificações ambientais que desenvolvam atividades manejadas, legais e com maior agregação de valor.
- Estabelecer critérios mínimos de produtividade para áreas já alteradas, tendo em vista seu melhor aproveitamento e maior efetividade do processo de desapropriação para a reforma agrária.
- Combater a impunidade no campo, dando efetividade, através do Ministério da Justiça, a todos os instrumentos de investigação, apuração e julgamento dos crimes cometidos contra os trabalhadores rurais.
- Suspender os processos de legalização de terras públicas para grupos privados, em que haja conflitos com mortes de posseiros ou pequenos produtores estabelecidos. Serão implantadas Varas Agrárias, com juizes presentes nos municípios, assegurando a confiança nas instituições e maior agilidade na resolução dos conflitos.
- Acionar todos os instrumentos de apuração e punição à disposição do Ministério da Justiça, em articulação com os órgãos de segurança estaduais, visando à solução dos crimes em conflitos agrários.
- Erradicar o trabalho escravo e infantil na região, com fiscalização rigorosa e acompanhamento de programas sociais de emergência para integrar os contingentes de mão-de-obra suscetíveis de exploração ilegal, no mercado formal de trabalho.
- Exercer controle rígido de corredores de apossamento de terras florestadas, em faixas de ramais, sub-ramais, linhões e loteamentos em forma de “espinhela de peixe”, estes últimos comprovadamente os maiores e mais rápidos destruidores de florestas em pé, na Amazônia.

Diversificação da Base Produtiva

Financiamento do desenvolvimento regional

A matriz de desenvolvimento da Amazônia será modificada, de primário-exportadora para uma matriz competitiva também na transformação industrial. Terá como eixo as vantagens comparativas da região em termos de diversidade de oportunidades de uso de suas matérias-primas, promoção de arranjos produtivos flexíveis e especificidades ecológicas e geográficas. Com essa concepção, a política de financiamento do desenvolvimento deve se adequar para apoiar novas atividades industriais, de setores diversificados e empresas de todos os portes.

Como os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da região estão entre os mais baixos do país, o financiamento do desenvolvimento deve articular investimentos econômicos com investimentos sociais, gerando as condições de cidadania, acesso ao conhecimento

e à informação e apropriação tecnológica universalizada para viabilizar uma participação maciça da população nos empreendimentos econômicos e sociais que construirão um cenário de modernização com conservação ambiental.

A ausência de poupança é um dos maiores entraves ao desenvolvimento socioeconômico da Amazônia e, em consequência, a falta de crédito. Com a criação do FNO, percebeu-se que o crédito, apesar de condição necessária, não é suficiente para alavancar um processo duradouro de desenvolvimento regional. O crédito deve ser articulado e integrado com políticas voltadas para a organização de mercados e assistência técnica, esta última deve estar articulada e integrada com políticas públicas voltadas à educação formal e profissionalização do setor rural.

O projeto duradouro de desenvolvimento regional com legitimidade social deve ser capaz de integrar de maneira orgânica e engajada os setores produtivos, as instituições de fomento (crédito), a assistência técnica e a organização de mercados. Desta forma, esses segmentos deixarão de agir fragmentariamente, tornando-se mais eficientes, articulados e adequados ao desenvolvimento da região.

O Banco da Amazônia (Basa) é o principal agente financeiro dos fundos federais na região. A instituição foi o braço financeiro do projeto geopolítico dos anos 70, entrando em relativo declínio nos anos 80. Com a criação do FNO na Constituição de 1988, os repasses da União reequilibraram as contas do Banco e criaram novas condições de financiamento dos setores produtivos.

A mobilização de micro e pequenos empreendedores viabilizou a flexibilização de critérios de concessão de crédito e o Basa passou a ser o principal aplicador dos recursos do FNO. A aplicação eficiente desses recursos, dentro de uma visão socioambiental, precisa ainda de investimentos adicionais em treinamento do pessoal, em pesquisa aplicada e simplificação de procedimentos administrativos.

O FNO alocou cerca de R\$ 4,3 bilhões na Amazônia nos últimos anos. Como resultado, o Basa é responsável, hoje, por 72% do financiamento ao desenvolvimento na região e 91% dos créditos concedidos beneficiaram micro e pequenos produtores, gerando cerca de 1,010 milhão de empregos, elevando o valor bruto agregado à produção regional para R\$ 5,9 bilhões.

A Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), ex-Sudam, está sendo reorganizada, porém com os mesmos instrumentos de incentivos fiscais herdados da política desenvolvimentista e sem instrumentos de controle social que afirmem uma gestão com participação social. A ADA, assim como o FINAM, o principal fundo de financiamento do setor privado, e os incentivos fiscais serão redirecionados para uma política de diversificação das oportunidades econômicas e valorização do capital social.

Propostas específicas

O Banco da Amazônia

- Melhorar a atuação do Basa, aprimorando sua missão de suporte financeiro para o desenvolvimento social da região, em articulação com as demais políticas federais e estaduais empenhadas em promover um cenário de desenvolvimento com fortalecimento dos atores econômicos locais, ampliação da competitividade da economia regional e diversificação das oportunidades econômicas.
- Contribuir com políticas integradas para que o crédito contemple uma assistência técnica eficiente e a organização da produção para o mercado.
- Fazer gestões junto ao Congresso Nacional para que a legislação dos Fundos Constitucionais possa abranger programas de pesquisa, assistência técnica e financiamentos estruturais para prover os projetos de condições de viabilidade mais integrais.

- Propor linhas de microcrédito com recursos do FNO, visando maior participação do Banco da Amazônia no financiamento de microempreendedores rurais e urbanos.
- Fazer gestões para que o Basa seja o principal implementador do Proambiente na região, incorporando os conceitos de serviços ambientais no crédito para as atividades rurais.
- Estimular linhas de crédito para setores industriais, facilitando o acesso e os encargos para empreendimentos que valorizem as matérias-primas locais com práticas de manejo e conservação.
- Estimular a criação do FNO Urbano no Basa, com aval solidário, visando atender aos investimentos dos setores produtivos e de serviços que atuam nas cidades. Como suporte, incentivar o Basa a criar sub-sedes nos municípios da Amazônia com mais de mil habitantes.

A ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia

- Instituir na ADA uma gestão compartilhada , entre governo e sociedade, representada pelos diversos segmentos sociais, inclusive ONGS e empresários, submetendo à discussão pública suas linhas de financiamento e incorporando a dimensão da sustentabilidade, da diversidade socioambiental e da inclusão social no seu *portfólio* de investimentos.
- Estabelecer procedimentos de atendimento à legislação ambiental na aprovação de projetos, assim como a integração dos mesmos à economia regional, gerando empregos, encadeando outras atividades econômicas e contribuindo para a arrecadação de impostos.
- Instituir na ADA financiamentos para infra-estrutura social, visando à formação de capital social na região, gerando condições de cidadania, educação e competências locais para formar uma mão-de-obra qualificada para as novas exigências da economia.
- Incentivar a criação de Agências de Desenvolvimento Regional descentralizadas que respondam a dinâmicas econômicas específicas de regiões da Amazônia, aproximando as instituições de fomento das realidades locais. Para permitir maior eficiência dos negócios dos pequenos agentes econômicos (comunitários, cooperativos e microempresas) será criada, no âmbito da ADA, uma Agência de Negócios Sustentáveis, nos moldes da que foi criada no Acre, visando à promoção de produtos de forte apelo socioambiental no mercado.
- Criar mecanismos de controle social sobre a decisão, aplicação e monitoramento dos recursos das Agências de Desenvolvimento Regional, inserindo critérios socioambientais nas análises, possibilitando a modernização do parque industrial das empresas que se adequem às práticas de Manejo Florestal de Baixo Impacto e direitos trabalhistas.
- Propor modificações na Lei dos Incentivos Fiscais e reformular o Finam, numa ampla discussão com os segmentos produtivos da região, visando uma atualização das bases programáticas da economia a ser financiada, a modernização e a democratização das formas de aplicação dos recursos. Incluir na nova Lei incentivos fiscais para projetos comunitários, associativos e empresariais que adotem critérios socioambientais.
- Apresentar ao Congresso Nacional, uma proposta de Emenda Constitucional com mudanças na política de incentivos federais, estaduais e municipais em relação à tributação de grandes projetos de exploração mineral, com vistas a estimular a agregação de valor na origem e maior retenção de tributos nos estados da região.

O Proambiente⁸

- Fortalecer o Crédito Ambiental na Amazônia, remunerando serviços ambientais nas atividades que contribuam com a redução do desmatamento, seqüestro de carbono, recuperação das

funções hidrológicas dos ecossistemas, conservação e preservação da biodiversidade, redução da perda de nutrientes do solo e redução do risco de incêndios na região.

- Fortalecer a produção familiar rural (agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, populações indígenas), remunerando serviços ambientais e os riscos das atividades de retorno mais demorado. O programa vai desenvolver estratégias de mercado e de certificação, visando maior valorização dos produtos e novas oportunidades para as populações rurais e produtos com origem controlada para os consumidores urbanos.

- Apoiar a criação de um Fundo de Serviços Ambientais, para remunerar os serviços ambientais dos beneficiários do Proambiente, com recursos da União, empresas privadas, governos estaduais e doações internacionais.

- Fortalecer o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 com aporte de recursos nacionais, podendo ter parcerias fortes com a ADA, para uma maior integração com as políticas públicas da região.

- Integrar as ações do PPG7 com os programas nacionais de impacto regional, visando ampliar a escala dos projetos que fazem bom uso dos recursos naturais e aumentar essas práticas entre os vários setores produtivos, especialmente nas regiões mais pressionadas por atividades degradadoras.

Zona Franca de Manaus

- Resgatar a Zona Franca de Manaus como um pólo industrial, com incentivos para a integração das cadeias produtivas, incluindo peças e componentes, diversificação de seu parque industrial, agregando setores da biotecnologia e do agronegócio com o aporte de tecnologias modernas para o desenvolvimento sustentável.

- Estimular a Zona Franca com recursos federais, direcionando os atuais subsídios para atender I) as indústrias do setor eletroeletrônico do parque industrial que já operam com incentivos da Suframa; - II) a formação de cadeias produtivas, verticalizando a produção com base nas matérias-primas da agricultura e da biodiversidade amazônicas e - III) financiamentos para o desenvolvimento da biotecnologia aplicada a alimentos, fitoterápicos, cosméticos, produtos de limpeza, borracha natural, entre outros segmentos.

- Regularizar o Incentivo do Imposto de Renda, a partir da regularização das atividades da ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia, enquanto não se implanta a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

- Corrigir o enquadramento do Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, deixando de considerá-lo como terceiro país para o Mercosul.

- Estimular as empresas locais a se beneficiarem em larga escala, da marca “Amazônia Sustentável” para diversificar as oportunidades de negócios da região.

- Integrar aos investimentos da Suframa projetos sociais voltados para as populações do interior e para sua economia, acompanhados de medidas do Estado para mantê-las bem atendidas no interior da floresta.

- Promover a mensagem de “proteção da Amazônia” no exterior e no Centro-Sul do Brasil, visando a ampliação das atividades como o ecoturismo, turismo em bases comunitárias e outras atividades que aproveitem o capital de recursos naturais preservados da região.

A tributação, os incentivos e o gasto público

- Propor mudanças na legislação para orientar a solução das grandes disputas judiciais fiscais geradas na Amazônia. Promover uma convocação ampla e transparente dos contribuintes devedores para um parcelamento justo e viável dos débitos com o Estado.
- Promover medidas que garantam a transparência das receitas e aplicações dos órgãos de controle da administração da tributação e incentivos (Receita Federal, Previdência Social, ADA, Basa, Suframa, BNDES).
- Estimulo ao aumento do valor agregado tecnológico dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus.

Geração de Emprego e Renda

Oportunidades econômicas

O Governo Federal, em parceria com os estados e municípios, deverá agilizar programas para incentivar novas oportunidades de negócios, diminuindo a pressão e o conflito sobre as riquezas mais cobiçadas na atualidade (madeira, terras próximas de infra-estrutura, pesca, etc).

A economia da Amazônia precisa de empresários inovadores que ousem arriscar novas fórmulas de uso dos recursos, com maior probabilidade de sucesso. Para isso, o Estado deve estimular os segmentos produtivos que coloquem em prática inovações produtivas modernas e harmonizadas com a qualidade ambiental na zona rural e urbana. A atividades madeireira e pecuária, da forma que estão sendo desenvolvidas, sem controle e sem manejo são passageiras. A produção de grãos, em grande escala, com práticas intensivas em agrotóxicos, também é passageira e não gera empregos significativos. Nesse caso, podem ser oportunos processos de certificação das propriedades, controlando a expansão das monoculturas, o uso de agrotóxicos, o respeito à legislação trabalhista, bem como a proibição do uso de transgênicos.

A política econômica a ser incentivada deverá combinar as exportações para os mercados internacionais com investimentos na intensificação de circulação de mercadorias nos mercados locais e nacionais. Além dos produtos que fazem parte do mercado de *commodities*, será desenvolvida uma variedade ampla de produtos fitoterápicos, cosméticos, alimentícios, de vestuário, decoração, construção, corantes, turísticos e materiais substitutivos naturais para uso industrial. Esses ramos da economia vão valorizar a utilização de óleos, resinas, fibras, madeiras, tinturas, raízes, couros, produtos e subprodutos da produção agropecuária, palmeiras, além da variadíssima fauna aquática.

O Estado vai premiar as iniciativas empresariais bem-sucedidas, dentro de uma política correta de utilização dos recursos naturais e de promoção da cidadania e da *florestania*. Linhas de financiamento voltadas para diminuir os riscos dos que inovam também serão disponibilizadas dentro da política de financiamento do desenvolvimento da região.

Um outro campo prioritário de oportunidades se constituirá a partir do apoio à *economia popular*. Por meio de iniciativas diversas, entre as quais o Banco do Povo, um novo modelo sustentável e solidário deverá apoiar atividades como a pesca artesanal, o extrativismo, a agricultura familiar, o pequeno comércio, o feirante, a costureira, entre outros. Não se trata de compensação social. Será, na verdade, uma estratégia econômica de incentivo àquele segmento que mais emprega, que menos agride o meio ambiente e menos demanda capital (os bancos do povo têm gerado emprego direto a 700 reais cada, em média). O investimento na economia popular, no entanto, deverá ser acompanhado por estratégias de organização associativa, de maneira a fortalecer seu caráter solidário, bem como mecanismos de controle social.

Propostas específicas

- Incentivar a pecuária sustentável, com aumento da produtividade por área e avanços técnicos, visando os mercados externos de boi verde e carne orgânica, com a diminuição da expansão da atividade sobre novas florestas.

- Estimular as empresas e comunidades a se habilitarem para as atividades do turismo com incentivos especiais como financiamento, formação de mão-de-obra de padrão internacional e fortalecimento de infra-estrutura (transportes, saneamento, saúde e educação) para as populações locais obterem renda com as belezas paisagísticas presentes em toda a região. A Amazônia reserva um potencial inestimável para essas atividades com forte encadeamento produtivo e social.

- Estimular o beneficiamento dos produtos agrícolas e extrativistas, diversificando a produção de alimentos, fitoterápicos e cosméticos, ampliando a margem de segmentos produtivos no mercado, incluindo o apoio com financiamentos e infra-estrutura para acesso aos mercados nacional e internacional.

- Formular política de incentivo para produção industrial na Amazônia, com investimentos e criação de base tecnológica para os negócios da biodiversidade (biotecnologia, biologia molecular, entre outros) e a agregação de valor (inclusive o valor simbólico da marca Amazônia) com recursos naturais de origem manejada, nos médios municípios amazônicos, proporcionando maiores oportunidades de emprego nas regiões.

- Estimular o turismo ecológico, científico e outras modalidades que aproveitem os inúmeros produtos culturais e paisagísticos da Amazônia (como o PROECOTUR), considerando os interesses das populações locais. Uma das linhas a serem incentivadas com investimentos diretos é o turismo de base comunitária.

- Criar um programa para propiciar o aparelhamento (técnico, material) de pequenas prefeituras da região amazônica, viabilizando a estruturação de condições mínimas para acionar os recursos e verbas disponíveis nos órgãos federais para implementação de políticas públicas municipais (saneamento, educação, saúde, transporte, segurança, etc), possibilitando o funcionamento administrativo e institucional das prefeituras e melhorando a qualidade de vida nesses municípios. Com o objetivo de descentralizar essas ações, propõe-se a criação de gerências executivas nos Estados para acompanhar esse programa.

Biodiversidade amazônica: patrimônio da humanidade com soberania nacional

- Apoiar o Congresso na retomada da tramitação dos projetos de lei de acesso à biodiversidade, a partir de um amplo debate com todos os setores interessados, da experiência de legislações estaduais (Acre e Amapá) e das limitações da Medida Provisória em vigor, que tem, na prática, dificultado o estabelecimento de um rito apropriado de acesso aos recursos genéticos, controle da biopirataria e proteção de conhecimentos tradicionais.

- Reorientar o Programa Nacional de Biodiversidade reforçando três aspectos: a identificação e localização das comunidades humanas nos ecossistemas para facilitar a definição da melhor categoria de unidades de conservação a serem criadas; a recomendação sobre medidas a serem tomadas em áreas fortemente antropizadas com vistas à sustentabilidade das atividades produtivas identificadas; e, maior atenção em relação à biodiversidade agrícola.

- Reestruturar os conselhos da área de biodiversidade, com base em nova legislação, fortalecendo a participação das entidades representativas das comunidades locais e dos centros regionais de pesquisa.

- Reavaliar o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia - PROBEM, assegurando o controle social por meio da plena participação dos setores interessados em seus fóruns de decisão e o cumprimento de legislação apropriada de acesso aos recursos genéticos, proteção dos conhecimentos tradicionais e repartição justa e equitativa dos benefícios.

- Incentivar atividades de pesquisas da biodiversidade dos biomas nacionais e promover parcerias entre comunidades acadêmicas, poder público e Fundo da Biodiversidade.

Recursos aquáticos

- Criar um órgão de âmbito nacional exclusivo para formular e executar políticas para pesca nas bacias e estuários amazônicos.

- Realizar inventário dos recursos pesqueiros na região, tendo em vista a Implementação de negócios pesqueiros sustentáveis em ampla escala na região.

- Incentivar projetos de manejo de lagos e pesquisas para monitoramento da pesca sobre as espécies mais visadas pelo mercado.

- Incentivar projetos pesqueiros inovadores para a geração de emprego e renda.

- Incentivar a verticalização e o beneficiamento do pescado, incluindo o aproveitamento de subprodutos.

- Incentivar projetos de manejo de recursos aquáticos que regulem a extração de ostras, camarão, quelônios, jacarés, peixes ornamentais, entre outros.

Recursos florestais

- Adotar instrumentos econômicos que promovam a valorização econômica das florestas com estímulos para a conservação e o uso múltiplo de seus recursos, onerando o uso predatório.

- Associar a fiscalização e o controle a um intenso esforço educativo, que informe os setores produtivos que agem contra as florestas, sobre os danos causados pelas práticas dizimadoras, apresente opções de investimentos sem destruição, disponibilize tecnologias de manejo e ofereça financiamentos especiais para atividades que mantenham as florestas em pé.

- Consolidar as florestas públicas existentes e priorizar a oferta de novas áreas em locais já identificados por estudos realizados na região, orientando a expansão da atividade madeireira, em bases sustentáveis.

- Estabelecer critérios de concessão de exploração madeireira e de outros recursos florestais que facilitem o acesso a essas áreas por pequenos produtores madeireiros, isoladamente ou em associação comunitária e permitam maior controle pela sociedade civil, visando assegurar o retorno social da atividade.

- Incentivar a produção, industrialização e consumo de madeira manejada e certificada da Amazônia.

- Criar incentivos visando agregação de valor na região, para a indústria moveleira e outros segmentos industriais, priorizando as empresas com certificação socioambiental.

- Promover a reposição florestal obrigatória, sob controle, de mudas de madeiras nobres amazônicas, em número equivalente à idade das árvores derrubadas. Realizar fiscalização rígida, pelos órgãos ambientais federais, dos casos de grandes árvores tidas como naturalmente caídas.

- Gerar políticas de incentivo (crédito, pesquisa, extensão florestal) visando a inserção de novos produtos não madeireiros (óleos, essências, fibras, corantes etc) no mercado.
- Incentivar a pesquisa para conhecimento da biodiversidade da Amazônia e criar política de proteção para as espécies necessárias à subsistência das populações locais.
- Promover a pesquisa dos recursos florestais, inclusive um Censo Florestal para contabilidade das espécies e fomentar a pesquisa sobre o manejo da biodiversidade da Amazônia.
- Criar mecanismos para aplicar a lei que impede a derrubada de castanheiras e proteger do uso madeireiro as espécies com reconhecido valor medicinal e alimentício das populações amazônicas: andiroba, copaíba, amapá, piquiá, cumaru, samaúma, entre outras.
- Incentivar o Manejo Florestal Comunitário de uso múltiplo como política de desenvolvimento local sustentado.
- Desenvolver uma estratégia de recuperação ambiental e reincorporação econômica de áreas desmatadas, em nível municipal, com geração de emprego e renda para as populações locais.
- Incentivar, com linhas de financiamento adequadas, os sistemas de produção que aproveitem as áreas já desmatadas e valorizem os produtos extraídos legalmente, abrindo mercado para os produtos do reflorestamento.
- Difundir técnicas que prolonguem o tempo de uso da terra na agricultura familiar; um ano a mais de uso representa milhares de ha/ano de florestas não queimadas.
- Rever as diretrizes do Programa Nacional de Florestas (PNF) e ampliar o nível de participação das instituições locais.
- Difundir e fomentar o manejo florestal múltiplo sustentável, no âmbito do Programa Nacional de Florestas, criando oportunidades iguais a todos os segmentos dos setores madeireiro e agropecuário.
- Instituir instâncias de negociação dos conflitos entre os diversos segmentos produtivos que desmatam e os governos locais e as populações locais e integrar as políticas agrárias e florestais.
- Criar uma Agência Florestal com atuação descentralizada, visando fortalecer a atividade na região, aprimorando o sistema de fiscalização e controle e assumindo papel de orientação para uma produção social e ecologicamente correta.
- Defender a inserção das florestas tropicais primárias e as em processo de manejo sustentado nos instrumentos de implementação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, no Protocolo de Kyoto.

Investimentos em sistemas de produção sustentáveis

- Incentivar a pesquisa, o mapeamento etnobotânico e estudos aplicados sobre espécies vegetais e animais, visando à utilização econômica das mesmas, evitando a expropriação da sociedade nacional e resguardando o direito de propriedade das populações indígenas e tradicionais (retorno em projetos de desenvolvimento).
- A Embrapa, como órgão governamental responsável pela pesquisa agropecuária, deverá ter um papel central no desenvolvimento de pesquisas que atendam às demandas de sustentabilidade do setor rural da região. Seu quadro de pesquisadores será estimulado a incorporar no plano diretor da instituição prioridades de pesquisas voltadas para as especificidades regionais

e experiências endógenas, que ensejem a geração de tecnologias apropriadas para sua reprodução em escala.

- Estabelecer uma linha de incentivos fiscais para segmentos produtivos que utilizem os recursos naturais com regras de manejo, de modo a ampliar a escala desses produtos e sua inserção nos mercados.

- Incentivar o uso de sistemas sustentáveis de criação/cultivo/manejo por meio do PROAMBIENTE, com assessoramento técnico e remuneração de custos e serviços ambientais. Os sistemas de produção sustentáveis terão encargos bancários diferenciados, beneficiando os produtos não geneticamente modificados (pelo menos, até conclusão dos estudos de impacto sobre o meio e o homem).

- Incentivar a agregação local de valor à produção da Amazônia – rede de agroindústrias de propriedade coletiva dos produtores familiares (centrais cooperativas).

- Promover os negócios agrícolas e extrativistas com origem de manejo, para mercados locais, nacional e internacional, capitalizando a marca *Amazônia* e as certificações ambientais e orgânicas.

- Desenvolver programas de capacitação em gerenciamento empresarial; financiamento de estudos de mercado, elaboração de planos de negócios, financiamentos especiais para a comercialização e apoio estrutural de vias de escoamento, eletrificação rural, comunicação, para conectar os negócios sustentáveis com o mercado.

- Condicionar o repasse de recursos federais para as entidades de assistência técnica ao alinhamento em relação ao enfoque da sustentabilidade, apoiar as ONGs que atuam na área e as associações locais para que possam contar com seus próprios técnicos (autonomização das empresas coletivas).

- Rever os contratos de subsídios de energia elétrica para os grandes projetos de exploração mineral, reduzindo a renúncia fiscal e revendo a política de *royalties*.

Investimentos no Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento social significa investimento nas pessoas. Universalizar as oportunidades de educação, formação profissional, assistência competente e presente à saúde, a segurança na terra, o acesso à informação e ao consumo. Com bem-estar, conhecimento e possibilidades de competir, as oportunidades econômicas podem ser mais democratizadas.

As instituições acadêmicas e de pesquisa da Amazônia devem receber incentivos especiais, pois representam a estrutura de suporte científico instalada na região, tendo como missão prioritária gerar conhecimentos e produtos tecnológicos adequados para uma concepção de desenvolvimento sustentável. O INPA, o NAEA, o Museu Paraense Emílio Goeldi e as Universidades Amazônicas, assim como as ONGs que trabalham e pesquisam na região devem ter um papel mais relevante como subsidiadores das políticas públicas.

Propostas específicas

- Incentivar, com recursos e laboratórios modernos, a criação de cursos técnicos florestais em todos os estados da região, buscando padrão de excelência nessas áreas, com vistas a formar a mão-de-obra especializada necessária para orientar sistemas de produção sustentáveis.

- Os Campi das Universidades Federais, situados em regiões estratégicas para o desenvolvimento de setores produtivos em bases sustentáveis, devem ser fortalecidos como Centros de Formação de alta qualidade e receber incentivos especiais para se tornarem Centros de Excelência em especialidades demandadas pelas exigências socioambientais e econômicas da região.
- Viabilizar centros de treinamentos práticos em Manejo Florestal de Baixo Impacto em regiões estratégicas, nas de maior pressão sobre os recursos madeireiros (Sul do Pará, Norte do Mato Grosso, Rondônia e Sul do Amazonas).
- Incentivar a formação de brigadas científicas e tecnológicas, envolvendo estudantes das especialidades voltadas para as cadeias produtivas de produtos regionais, assegurando postos de trabalho e assessoramento aos projetos que empreendem inovações nessa área.
- Fortalecer, por meio de convênios com órgãos federais, os sistemas de difusão comunitários (rádios, TVs e outros meios), sempre que for conveniente, associados às instituições de pesquisa e ensino superior, com vistas ao direcionamento de programas que enfoquem conteúdos voltados para ações sociais e economia solidária. Esses veículos vão apoiar a difusão de informações para as comunidades mais distantes da Amazônia, contribuindo para a formação de uma nova mentalidade no uso dos recursos naturais da região, o que, naturalmente, terá reflexos na valorização econômica de muitos produtos hoje desprezados na economia.
- A educação formal na Amazônia deve ter seus currículos adaptados, preparando a juventude para uma inserção ativa no desenvolvimento em bases sustentáveis.
- A distribuição espacial das escolas deve ser ajustada às dificuldades geográficas da região, interiorizando laboratórios e redes de informação.
- A educação infantil pública deve superar a média atual de atendimento de 3% a 5%, elevando os investimentos, garantindo a capacitação da rede física e dos recursos humanos, para assegurar a inclusão social das crianças. A educação infantil deve ser acompanhada de condições adequadas para as mulheres/mães trabalhadoras, que necessitam de proteção para seus filhos.
- Estender atendimentos especializados para as cidades de porte médio e pequenas localidades, diminuindo os custos e a humilhação que o atual sistema impõe às pessoas que moram no interior da Amazônia que precisam ir para as capitais para tratar de doenças simples, recebendo apenas R\$ 5,00 de diária.
- Melhorar a remuneração dos trabalhadores da saúde e realizar investimentos nas redes hospitalares;
- Financiar atividades de planejamento, coordenação e administração para qualificar a gestão das unidades de atendimento.
- Respeitar as instâncias de controle social, com o direcionamento de verbas para atender as necessidades de saúde, a partir de demandas locais/regionais.
- Políticas públicas para erradicação e controle de doenças originadas ou agravadas por deficiências de saneamento e outros problemas ambientais (poluição, contaminações em massa, etc.).
- Assegurar o saneamento como necessidade básica para a garantia da saúde, voltada para as populações indígena, negra, ribeirinha, rural e outras; investir no tratamento da água de consumo doméstico.
- Favorecer o intercâmbio, a parceria e a integração de ações e projetos na região.

- Criar centros de referência sobre saúde do trabalhador especialmente em áreas ocupadas por grandes projetos e pólos de exploração mineral (Carajás, São Luiz etc.).

Igualdade de direitos com a população negra e Respeito às culturas indígenas⁹

- Estabelecer, de fato e de direito, políticas responsáveis de inclusão social da população negra e indígena, garantindo aos índios e quilombolas mais segurança e cidadania, a integridade de seus territórios, a valorização de sua cultura, cidadania e auto-estima, resguardados os direitos explicitados na Constituição brasileira.
- Garantir educação, saúde, cultura e acesso ao mercado de trabalho e respeito mútuo aos índios e afro-descendentes, conforme estabelecido na Constituição.
- Assegurar na lei, aos povos indígenas, os direitos autorais coletivos que lhes são devidos com relação aos seus conhecimentos tradicionais da biodiversidade amazônica, garantindo-lhes inclusive retorno econômico.

Culturas amazônicas fortalecidas¹⁰

- Criar mecanismos de gestão e participação para que sejam ouvidos todos os povos, comunidades e segmentos da Amazônia, valorizando uma política cultural que impeça a concentração de investimentos no eixo RJ-SP.
- Vincular receitas a programas de proteção e apoio às culturas amazônicas, estimulando a criação de Fundos Estaduais e Municipais de Cultura, como também através do BASA e da ADA.
- Vincular os programas de defesa de biodiversidade à proteção de sociodiversidade, implementando projetos para educação ambiental, reformulação curricular, valorização do profissional e capacitação nas escolas.
- Regionalizar a merenda escolar, proporcionando mercado consumidor para produtos gerados em empreendimentos de manejo dos recursos naturais, aproveitando as experiências em curso no Amapá e no Acre.
- Incentivar Estado e Municípios a formar equipes de profissionais capacitados em âmbito estadual e regional para atender as populações tradicionais, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, agrícolas.
- Apoiar as comunidades tradicionais para valorizar e proteger seu conhecimento sobre o uso dos recursos da biodiversidade, favorecendo a sua auto-sustentação.
- Disseminar programas de gestão ambiental integrada aproveitando experiências existentes em educação, saúde, tecnologia e pesquisa.
- Propiciar condições para o produtor familiar produzir e preservar, com alternativas às queimadas.

Transportes e comunicações

- Adequar a infra-estrutura de transportes ao desenvolvimento de múltiplas atividades e de múltiplas localizações no espaço amazônico. Nesse sentido, devem ser estudadas e viabilizadas as vias de transporte e comunicação que facilitem a circulação de mercadorias internamente

ao território amazônico com conexões com as vias já instaladas ou em fase de implantação, voltadas para intensificar as articulações com os mercados latino-americanos e os estados do centro-sul do país.

- Estruturar as comunicações de modo a conectar as comunidades de localidades remotas com os grandes centros urbanos. Um dos grandes problemas associados ao êxodo rural é a falta de perspectivas nas zonas de fronteira e nas regiões mais interiores.

- Conectar essas pessoas e comunidades com as demais regiões do Brasil e com o mundo é uma forma de valorizar a economia local e estabelecer relações com o mercado em condições mais igualitárias com as populações urbanas. Além de canais de comercialização direta, a infraestrutura deve incluir apoios do tipo telemedicina, teleeducação, telejurídica, etc. São pequenos investimentos que podem desenvolver um valor inestimável na valorização do ser humano.

Centro de Lançamento de Alcântara

Em relação ao Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, há aspectos que precisam ser firmemente destacados: primeiro, o desenvolvimento da tecnologia brasileira e sobretudo a soberania nacional. Nosso programa apoia o uso comercial do CLA e a cooperação com outros países, no âmbito dos compromissos que o Estado brasileiro assumiu, para uso pacífico do Espaço. Porém, as exigências impostas pelo governo dos Estados Unidos da América para permitir que suas empresas usem o CLA nos impede de avaliar totalmente o “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América nos Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara”. Segundo, o destino das comunidades tradicionais de Alcântara, que estão sendo fortemente afetadas pela ampliação do Centro de Lançamento. Estas comunidades têm direito ao cuidado atencioso de políticas públicas, para seu desenvolvimento econômico, social, humano, de emprego e de bem estar.

4. Conclusão

A nova inserção da Amazônia no desenvolvimento nacional requer um redesenho institucional visando superar um entrave estrutural atualmente existente que é a dispersão, desconexão e conflito entre as diferentes políticas e projetos em execução, pelo aparato estatal, na região. Enquanto a área ambiental estimula o desenvolvimento sustentável, a área econômica e as políticas setoriais incentivam as atividades voltadas para a apropriação, o mais rápido possível, da fronteira.

Essa descoordenação, porém, é muito mais que um problema administrativo. Ela expressa as contradições entre forças sociais, econômicas e políticas, que têm projetos conflitivos para o mesmo espaço geográfico e visões diferentes a respeito do papel da Amazônia no futuro do país e do planeta.

O dilema amazônico expressa o impasse das políticas voltadas para a sustentabilidade. Elas não podem ficar setorializadas na área ambiental. Ao contrário, devem permear o conjunto das diretrizes e das instituições públicas. E, para isso, é preciso dar ao desenvolvimento sustentável, da Amazônia e do país, um lugar estratégico no processo de decisão da gestão governamental federal. Mais que tudo, é preciso que as diretrizes socioambientais, desde a origem, estejam articuladas com as diretrizes econômicas. Do contrário, não será possível equilibrar as forças econômicas e mais, reverter o modelo vigente na maior parte do país. Sem prejuízo das políticas de “comando e controle”, essa mudança dependerá menos da repressão do **não se pode fazer** e mais da orientação institucional sobre **como se deve fazer**.

É preciso considerar, por outro lado, que o atual modelo já teve todas as oportunidades de oferecer à sociedade aquilo que prometeu e não alcançou – o progresso e o desenvolvimento. A Amazônia continua com mais de 80% de seu patrimônio natural conservado porque a sociedade local resistiu, durante mais de três décadas, ao avanço do desmatamento, muitas vezes à custa da própria vida.

Adotar o desenvolvimento sustentável como diretriz estrutural e estruturante da região, também permitirá ao país uma nova inserção e uma capacidade maior de negociação no cenário internacional, sempre sensível às iniciativas voltadas para a valorização dos ativos ambientais. É preciso, nesse contexto, chamar a parceria ativa dos bancos multilaterais, do setor privado e da sociedade civil, para que invistam, com o governo, em projetos de infra-estrutura econômica e social que tornem mais rentável e atrativa a atividade econômica de base florestal e socioambiental. Sem investimentos básicos, que melhorem a qualidade de vida das pessoas, não será possível assegurar uma oportunidade no futuro para a região.

Por último, é preciso que se estabeleçam mecanismos fiscais e tributários que realizem a equivalência, no mercado, para os preços dos bens de origem sustentável, que ainda não incorporam o valor dos serviços ambientais que regiões como a Amazônia oferecem para toda a sociedade. Imaginar que a floresta poderá competir com as monoculturas se não se associar a ela o conhecimento científico e tecnológico e nem os investimentos sempre disponíveis para os demais produtos, é esquecer que o Estado vem atuando de forma direcionada para tornar alguns bens competitivos no mercado internacional, por meio de estradas, portos, crédito, oferta de terras e, principalmente, investimentos em pesquisa. Os produtos da floresta não só não contam com este aparato como desempenham funções ambientais e sociais não contabilizadas na economia convencional.

A sociedade da Amazônia é, hoje, uma das mais organizadas e mobilizadas deste país. Redes de organizações não governamentais, de associações comunitárias, de entidades independentes de pesquisa estão estruturadas em toda a região e prontas para realizar parcerias na gestão dos programas governamentais. Esse movimento se fortaleceu na resistência ao modelo de integração predatório e na ausência de políticas públicas apropriadas. A sociedade amazônica sabe o que quer para o seu futuro. Nosso governo vai trabalhar para que essa mobilização hoje existente, governamental e não governamental, impulse o desenvolvimento sustentável da região, como uma contribuição que define o lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil.

Belém, Setembro 2002

Notas

1. Essa delimitação corresponde à Amazônia Legal, tem caráter político-administrativo e foi estabelecida para fins de incentivos fiscais.
2. As diretrizes de aplicação dos fundos constitucionais são estabelecidas pela Lei 7.827/89 e por deliberações do Ministério da Integração Nacional.
3. O FINAM - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, foi instituído pelo Decreto-Lei N. 1.376/74 que, junto com o FINOR e o FUNRES se tornaram os principais incentivos fiscais financeiros regionais do país. Mais recentemente, o FINAM vem sendo regido pela Lei N. 8.167/91 (com alterações introduzidas pelas Leis 9.532/97 e 9.808/99) e pela Resolução N. 7.077/91 – CONDEL/SUDAM.
4. Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
5. Expressão cunhada no Acre que sintetiza o desenvolvimento sustentável, com ênfase para a inclusão social via incremento da produção extrativista e da economia florestal.
6. Muitos aspectos relativos ao programa energético para o Brasil devem ser observados no caderno temático específico sobre o tema, que abrange também a região amazônica.
7. O prof. Aziz Ab'Saber propõe uma regionalização da Amazônia que será discutida no contexto de outras propostas de zoneamento considerando os níveis federal, estadual, municipais e locais, uma vez que a sociedade local também tem propostas de zoneamento.
8. O Proambiente - Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia, é um programa de crédito proposto pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura da Amazônia, como novo modelo de financiamento da produção familiar rural, associado à modernização da assistência técnica. Será uma das principais linhas de fomento da ADA. Um dos serviços ambientais previstos é o sequestro de carbono, como parte dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) previstos no Protocolo de Quioto. Os cálculos do Proambiente indicam que, apenas com o desmatamento evitado, ou seja, sem contar com os projetos de sequestro de carbono em si, em 15 anos é possível deixar de emitir 60 milhões de toneladas de carbono na atmosfera, exatamente a média anual de emissões industriais do Brasil.
9. Ver Caderno Temático "Brasil sem Racismo".
10. Ver Caderno Temático sobre Política Cultural.

Expediente

Coligação Lula Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva – Candidato a Presidente

José Alencar – Candidato a Vice-Presidente

Partidos da Coligação

Partido dos Trabalhadores (PT) – José Dirceu de Oliveira e Silva (Presidente)

Partido Comunista do Brasil (PcdoB) – José Renato Rabelo (Presidente)

Partido Liberal (PL) – Valdemar Costa Neto (Presidente)

Partido da Mobilização Nacional (PMN) – Oscar Noronha Filho (Presidente)

Partido Comunista Brasileiro (PCB) – Zuleide Faria de Melo (Presidente)

Comissão de Programa de Governo

Coordenador

Antonio Palocci Filho

In memoriam

Celso Daniel

Membros

Aloízio Mercadante, Gilney Viana, Jorge Bittar, Luiz Dulci, Luíz Marinho, Marcel Frison, Marcelino Pies, Marcelo Déda, Márcio Meira, Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Maria Victória Benevides (Ouvidora), Marina Silva, Marta Suplicy, Matilde Ribeiro, Miguel Rossetto, Nelson Pelegriño, Oded Grajew, Patrus Ananias, Ronald Rocha, Tania Bacelar, Tarso Genro.

Convidados

Gilberto Carvalho, Ivete Garcia, Newton Lima Neto, Ricardo Carneiro,

Ana Maria da Fonseca, Glauco Arbix

Coordenação Executiva

Antonio Prado e Clara Ant

Caderno Temático de Programa de Governo:

O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil

Colaboradores do texto

Adilson Vieira, Adriana Ramos, Antônio Nobre, Aziz Nacib Ab'saber, Carlos Alberto Ricardo, Carlos Ferreira de Castro, Elson Martins, Fernando Gabeira, Gilney Viana, Jean Pierre Leroy, João Cláudio Arroyo, José Heder Benatti, Letícia Tura, Lúcia Helena de Oliveira Cunha, Marcel Bursztyn, Marcelo Arguelles, Márcia Anita Sprandel, Márcio Meira, Marina Silva, Miguel Scarcello, Muriel Saragoussi, Nilo Sérgio M. Diniz, Raimunda Monteiro, Roberto Smeraldi.

Capa: Duda Mendonça

Diagramação: Paulo de Tarso Souza

Comitê Lula Presidente

Rua José de Magalhães, 340. São Paulo - SP - CEP 04026-090

Tel. (11)5908-6888 - Fax (11) 5908-6888 ramal 6834

Propostas 0800-708 5013

e-mails:

secretariapag@pt.org.br, ouvidoria@lula13.org.br e pag2002@pt.org.br

Sítios Úteis

www.lula.org.br,

www.pt.org.br, www.liderancadopt.org.br,

www.icidadania.org.br, www.fpabramo.org.br



www.lula.org.br